

OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS DA PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE- TRABALHADOR NA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: REFLEXÕES A PARTIR DO CASO DA UFRGS

Linha temática: Políticas nacionais e institucionais.

Igor Corrêa Pereira.
Setor Acadêmico da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Brasil.
igor.pereira@ufrgs.br

Resumo: O presente artigo visa elaborar uma reflexão sobre as perspectivas e desafios da permanência do estudante trabalhador na Universidade pública brasileira, tomando como ponto de partida e de análise a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, à luz das opções teóricas assumidas. A partir da revisão bibliográfica e documental, se situa o debate contemporâneo sobre o abandono no ensino superior público brasileiro no contexto da recente democratização do acesso e consequente mudança do perfil do estudante, ampliando-se o número de discentes que estudam e trabalham. Esse quadro recente traz o desafio da mudança do comportamento institucional com vistas a superar a histórica separação entre trabalho e educação. O abandono no ensino superior configura um fracasso que não pode ser atribuído unicamente ao indivíduo que abandona, mas sim a um conjunto de fatores sociais que dizem respeito, em grande medida, a forma como se organiza as instituições de ensino, e sob um aspecto mais amplo, a um modelo de desenvolvimento do país. A análise do caso da UFRGS permite verificar que existem perspectivas entreabertas de mudança no comportamento institucional a partir da compreensão do percurso formativo para além da sala de aula e da relação docente-estudante, acrescentando nessa relação o papel mediador do técnico-administrativo em educação, como se verificam nos casos citados dos cursos noturnos de Odontologia e Arquivologia. O revoar sobre o estado da arte da oferta de cursos noturnos na UFRGS permite ver que embora a Instituição atinja o percentual mínimo de 30% de cursos noturnos, ainda está longe de oferecer essa taxa em todas as áreas de conhecimento, ficando a concentração de cursos noturnos majoritariamente nos cursos situados nas áreas de Ciências Humanas. Embora haja uma tendência de mudança institucional, uma visão panorâmica da oferta de cursos noturnos na UFRGS permite vislumbrar um longo caminho institucional para que a Universidade efetivamente abra suas portas e garanta o sucesso ao longo do trajeto formativo dos estudantes-trabalhadores, permitindo com isso em todas as áreas do conhecimento e não só em uma parte delas, um quadro mais representativo do real conjunto da juventude brasileira, que em sua maioria é uma juventude trabalhadora.

Palavras-chave: Permanência na Universidade; Estudante-trabalhador; Educação, heteronomia e desenvolvimento.

1. Introdução

O trabalho que se segue tem como objetivo elaborar uma reflexão sobre as perspectivas e desafios da permanência do estudante trabalhador na Universidade pública brasileira, tomando como ponto de partida e de análise a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, à luz das opções teóricas assumidas.

Na primeira parte do artigo, pretende-se fazer uma reflexão que situa o fenômeno contemporâneo do abandono ou evasão no ensino superior, bem como o atraso ou retenção, num contexto de mudança do perfil do estudante ingressante, tendo em vista o crescente número de estudantes que trabalha ao mesmo tempo em que estuda. O artigo prossegue na segunda parte explorando origens históricas da separação entre educação e trabalho, que por consequência configurou o perfil universitário brasileiro, gerando as barreiras que se pretende superar para diminuir os níveis de atraso e abandono discente.

O texto continua focando aspectos de como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem procurado estipular regras de acompanhamento discente com vistas a redução do percentual de desistências, citando os exemplos concretos de como os cursos noturnos de Odontologia e Arquivologia têm procurado enfrentar essa problemática tendo como estratégia o envolvimento de docentes, estudantes e corpo técnico-administrativo em educação.

Por fim, o texto traça um brevíssimo panorama do estado da arte de oferta de cursos noturnos na UFRGS, como forma de explicitar a dimensão dos desafios colocados para atingir uma democratização do acesso que contemple os estudantes trabalhadores.

2. Situando o debate brasileiro sobre abandono no ensino superior

O público alvo das instituições de ensino é fundamentalmente a juventude, aquela parcela da sociedade cuja faixa etária vai até os vinte e nove anos. Um olhar sobre a juventude brasileira, permite caracterizá-la como sendo eminentemente trabalhadora. Por conseguinte, sobretudo após as políticas de democratização do acesso (política de ações afirmativas e REUNI notadamente), cresce o número dos estudantes da educação superior que exerce uma atividade remunerada paralela aos seus estudos.

Para se ter uma ideia mais precisa do quanto o conjunto de jovens brasileiros trabalha, pelos dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD. IBGE, 2010), o conjunto da população nacional conta com 34 milhões de jovens em situação de trabalho, o que representa aproximadamente 73% do total dessa faixa etária da população. A Organização Internacional do Trabalho, que elaborou a Agenda do Trabalho Decente para a juventude (Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego., 2006), enxerga como prioridade a criação, por parte do Estado, de possibilidades de conciliação entre trabalho, estudo e vida familiar. Está posto, portanto, um desafio às instituições públicas de ensino, que é o de ofertar, entre outras condições, matrículas e cursos de graduação noturna na mesma qualidade do que a oferecida durante o dia. Um desafio ainda atendido de maneira insuficiente, o que implica numa das principais razões para o abandono das vagas de ensino superior.

Pesquisas apontam a dificuldade de conciliação de trabalho com os estudos como uma das causas mais recorrentes para o abandono do ensino superior, que segundo dados do INEP atinge alarmantes 49% de desistência dos estudantes que ingressaram em 2010. A juventude organizada seja no movimento estudantil, seja nos movimentos de cursinhos pré-universitários populares, seja no movimento sindical e político, reivindica historicamente vagas no ensino superior, e prioritariamente nas Universidades públicas, que são notadamente de melhor qualidade que o setor privado, e são custeadas com recursos oriundos dos impostos pagos pelo contribuinte, na sua maioria aqueles que vivem do seu trabalho. E essa reivindicação, para que seja efetivamente atendida, implica na oferta de cursos noturnos, pois de outra forma não contemplaria os estudantes que conciliam os estudos com atividades de trabalho.

Embora o Plano de Reestruturação das Universidades (REUNI), gerido pelo governo federal entre 2003 e 2012, tivesse como um dos objetivos de que as instituições federais de ensino ofertassem pelo menos um terço de cursos e matrículas de graduação no turno noturno, a principal porta de entrada do estudante trabalhador no ensino superior ainda continua sendo o setor privado. A rede privada de ensino oferta 75% de suas vagas no período noturno, enquanto que as instituições federais têm apenas 30% de estudantes matriculados em cursos durante a noite (Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016). O que nos leva ao questionamento das causas dessa evidente divisão. Por que há

essa clara separação que destina aos estudantes trabalhadores o acesso ao ensino superior pela rede privada? Dito de outra forma: por que as portas das universidades públicas se encontram semi fechadas para a classe trabalhadora?

3. A origem histórica da separação entre trabalho e educação

Um retorno a trajetória da educação de um modo mais amplo, e a da educação superior brasileira, num recorte mais específico, permitem afirmar que vivemos as consequências da origem da educação enquanto fenômeno formal. Para (Saviani, 2007), o advento da divisão da sociedade em classes seria o fator de origem da divisão entre trabalho e educação. A partir da apropriação privada da terra, que dividiria os homens entre proprietários e não proprietários se daria a divisão da educação em duas modalidades distintas:

(...) uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho (Saviani, 2007, p. 155)

Nessa mesma perspectiva, referindo-se ao caso brasileiro mais contemporâneo, (Mesquita, 2010) lembra que a igualdade de oportunidades nunca existiu no modelo capitalista. A autora afirma:

(...) O que historicamente se tem comprovado é o modelo dual, ou seja, uma educação para as elites dirigentes e outra para os trabalhadores. O dualismo na educação é o reflexo da desigualdade de acesso aos bens e serviços produzidos pelo conjunto da sociedade através do longo período de escravismo e de discriminação do trabalho manual (Mesquita, 2010, p. 73).

A decorrência desse modelo dual é um ensino superior seletivo e elitista, que impediu o acesso da maioria da população. O advento do ensino superior é tardio, mesmo se comparado aos países da América Latina, que iniciaram suas trajetórias com séculos de antecedência em relação ao Brasil. A universidade brasileira na sua configuração de conjunto de cursos é um advento do século XX. E o ingresso da classe trabalhadora de maneira mais significativa é um fenômeno ainda mais recente, que se intensifica na última década.

Desta forma, um dos debates que deve mobilizar as comunidades acadêmicas brasileiras são as mudanças institucionais necessárias para superar essa herança elitista e esse modelo dual de educação. O que as Instituições públicas de ensino superior precisam fazer num momento em que seu público alvo passa a se modificar e trazer novas demandas? Quais são as medidas institucionais necessárias para garantir não só o acesso, mas o sucesso do estudante no ensino superior?

4. Perspectivas de mudança na gestão para enfrentar o abandono e o atraso

O senso comum aponta o processo educativo formal como aquele que ocorre em sala de aula, na relação de ensino-aprendizagem entre docente e estudantes. Esse senso comum não costuma visualizar que os processos educativos são mais complexos, e dizem respeito a toda uma estrutura administrativa que dá suporte a essa relação em sala de aula. Essa estrutura administrativa, e os sujeitos responsáveis para que ela se mantenha, que são os técnico-administrativos em educação, tem um papel importante para a elaboração dessas medidas institucionais. Vejamos resumidamente como tem transcorrido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) esse debate.

A UFRGS estipulou um regramento interno – materializado na Resolução 19/2011 do seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) (CEPE/UFRGS, 2011) – para acompanhar os acadêmicos com vistas a melhorar os índices tanto de abandono ou evasão, quanto os índices de atraso ou retenção, que é quando o estudante ou discente não se encontra na seriação aconselhada em seu curso. Cumprir este regramento exige que as coordenações dos cursos – na UFRGS denominadas Comissões de Graduação – efetivem mecanismos de aconselhamento da matrícula, bem como monitoramento do seu transcorrer durante os semestres. Esse processo todo fica praticamente inviável sem a colaboração ativa dos técnico-administrativos em educação, uma vez que somente os docentes, que já tem seus encargos de sala de aula, demandas de produção de pesquisa e extensão, dificilmente conseguiriam encontrar tempo para dedicar-se a essa demanda surgida da necessidade institucional de aprimorar seus índices de desempenho acadêmico.

Desta forma, a Universidade, que está percorrendo uma transição do perfil de seu público estudantil decorrente do REUNI, e da democratização do acesso por meio da implementação das ações afirmativas, está paulatinamente também alterando mecanismos de gestão do ensino, sendo a implementação desses mecanismos de acompanhamento da trajetória acadêmica um dos passos importantes dessa readequação. Para que haja êxito nessa implementação, é um imperativo pensar o processo educativo como sendo mais amplo do que a relação docente-estudante, passando também pela mediação do corpo técnico-administrativo em educação.

A UFRGS já pode contar com experiências concretas de como essa mediação já produz resultados efetivos. A experiência de acompanhamento dos estudantes do recém criado curso noturno de Odontologia está registrado por (Souza, 2014), cujo estudo visou "analisar a trajetória acadêmica do estudante" do curso mencionado anteriormente, "por meio da caracterização do perfil do estudante, situação acadêmica e compreensão dos motivos de retenção e evasão" (Souza, 2014, p. 13). O resultado obtido corrobora a ideia de que se trata de um curso noturno majoritariamente frequentado por estudantes trabalhadores. Assim descreve (Souza, 2014) acerca desse perfil:

(...) o estudante ingressante no curso noturno de Odontologia caracteriza-se, em sua maior parte, por ser jovem, do sexo feminino, solteiro, sem filhos, naturais do Rio Grande do Sul, com formação básica em escola pública e trabalhar (Souza, 2014, p.79).

A mediação conduzida por Souza nesse trabalho permitiu que estudantes e docentes pudessem falar a respeito de estratégias que consideram pertinentes para a permanência e conclusão dos estudantes nesse curso noturno e que até a data da elaboração do trabalho (2014), era tão recente que nem havia formado a primeira turma. Fica nítida a relevância da iniciativa e a urgência de que esse processo de mediação tenha continuidade em outros cursos.

Outra experiência que trazemos a tela é a desenvolvida pelo curso noturno de Arquivologia, que desenvolve desde o início de 2016 um processo de acompanhamento de estudantes numa parceria entre a Comissão de Graduação (COMGRAD, coordenada pela docente Valéria Bertotti) e o Setor Acadêmico, composto pelos técnico-administrativos em educação Maura Bombardelli, Anamaria Rosa e Igor Pereira. Essa iniciativa procura monitorar os alunos que, pelos termos da Resolução 19/2011 da UFRGS, estão em regime de observação de desempenho e, portanto, atrasados no curso, com chances de abandono do mesmo. No segundo semestre de 2017, o acompanhamento foi contemplado pelo Programa de Apoio a Graduação (PAG) gerido pela Pró-Reitoria de Graduação da Universidade que concedeu ao curso o direito de selecionar duas vagas de monitoria. No período de redação desse artigo, COMGRAD e setor acadêmico estão selecionando as candidaturas para essa monitoria.

O objetivo enunciado no edital de seleção dessas monitorias revela uma preocupação com o levantamento de dados que possibilitem uma melhor gestão acadêmica, e por consequência, uma atuação consciente da gestão do curso em proveito de uma melhora em índices de desempenho acadêmico. Desta maneira, conforme o edital divulgado, o projeto visa:

(...) levantamento de informações sobre os estudantes em Regime de Observação de Desempenho (ROD) e controle de matrícula, afim de que a COMGRAD possa atuar preventivamente, no sentido de possibilitar a recuperação do desempenho discente, evitando assim sua retenção ou abandono.

Tal objetivo demonstra um anseio institucional de mudança de comportamento. Há um reconhecimento implícito a este projeto do fato de que o bom desempenho acadêmico não deve ser

mera responsabilidade do aluno. Se este eventualmente falha nesse intento, a responsabilidade não deve ser exclusivamente atribuída a ele. O objetivo do projeto mencionado situa o papel da Instituição de Ensino para além da sala de aula, onde majoritariamente se ministram os conteúdos previstos nos currículos. A Instituição se coloca também como mediadora do percurso formativo discente, assumindo o papel da orientação da matrícula, da verificação junto ao discente de erros e acertos no percurso, bem como ouvindo com atenção suas limitações e os limites que ele enxerga na Instituição e seu contexto social. Essa atitude situa o papel da heteronomia da educação formal, uma perspectiva presente na obra de Gramsci assim traduzida por (Saviani, 2013):

(...) Podemos, pois, considerar que para Gramsci a educação é um processo que busca fazer com que os educandos passem da anomia à autonomia pela mediação da heteronomia (Saviani, 2013, p. 72).

A educação como processo nos espaços formais de ensino – no caso em tela no ensino superior público – precisa entender seu papel formativo que implica estabelecer regras, avaliar, acompanhar, orientar, fazendo com que o educando se aproprie desse conjunto de normas para desenvolver seu percurso formativo, que o tornará capaz, ao meio e ao fim, de construir sua autonomia, como estudante, cidadão e posteriormente como profissional.

O papel da Universidade, tendo em vista essa perspectiva apontada acima, é o de exercer sua capacidade de regramento, orientação, acompanhamento, em prol do efetivo desenvolvimento da autonomia discente ao longo de seu percurso formativo. Para isso, cabe a Instituição de Ensino aprimorar seu processo de gestão, buscando sempre agir de acordo com a análise o mais sintonizada possível do perfil de estudante que procura nela ingressar, sendo consciente de sua responsabilidade para garantir o sucesso desse ingressante. Voltando ao assunto inicial desse artigo, que parte da constatação que um crescente número de estudantes-trabalhadores ingressa na Universidade, cabe um rápido exercício de reflexão sobre em que medida a Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem respondido a demanda social por maior oferta de vagas noturnas ou de ensino a distância, que portanto atendem as necessidades da maioria dos estudantes que trabalham.

5. Alguns desafios para uma Universidade aberta a permanência em todas as áreas do conhecimento

Conforme sua página principal, a UFRGS oferece ao todo 76 cursos de graduação, dos quais 26 têm oferta noturna ou a distância, o que representa 34,2% do total. Tal número é um crescimento da oferta de vagas noturnas marcado pela adesão da Universidade ao REUNI, que como vimos anteriormente, estipula em seu conjunto de objetivos a ampliação da oferta de vagas na rede pública federal estipulando um piso mínimo de 30% de oferta. A UFRGS, portanto, cumpre com sobra essa exigência.

Ainda conforme seu sítio eletrônico, os cursos de graduação da Universidade são divididos em sete áreas de conhecimento. A observação da oferta de cursos noturnos distribuídas por essas áreas de conhecimento vai demonstrar que somente a área de humanas e sociais está acima da proporção de um terço de oferta de cursos noturnos, alcançando a proporção de 66,6% de oferta de cursos noturnos, ou seja, oito dos doze cursos. Em seguida, temos a área de Exatas e Tecnológicas, que tem 28,5% de cursos oferecidos (dois dos sete), Saúde com 23% (três dos treze), Biológicas, naturais e agrárias com 18,75% (três dos dezesseis), Comunicação e Informação 16,66% (um dos seis), Artes com 14,28% (um dos sete), e a última posição em distribuição de oferta de cursos para o curso noturno ou a distância fica com Engenharia e Arquitetura, que oferece apenas 3,84% de seus cursos exclusivamente nesse turno, o que representa apenas um curso (Engenharia Cartográfica) oferecido exclusivamente durante a noite.

Isso demonstra uma concentração da oferta de cursos de graduação noturnos na área das Humanidades, que é a única área que está acima da taxa de 30% da oferta de cursos noturnos. Todas

as demais áreas estão abaixo desse percentual. Fica nítido que há um longo caminho para que a Instituição abra efetivamente as portas aos estudantes que trabalham em todas as áreas de conhecimento.

6. Considerações finais

Uma Universidade Pública deve servir aos interesses públicos, pois é financiada pelos impostos da sociedade. Historicamente, a Universidade brasileira atendeu aos interesses de uma reduzida parcela da sociedade, justamente aquela situada no topo da pirâmide social. As políticas de democratização do acesso a essas Instituições de ensino conduzidas na última década, produziram um tímido ingresso de estudantes pertencentes às camadas abaixo do topo dessa pirâmide, aumentando a participação de estudantes que trabalham em paralelo aos estudos. Isso situa o debate sobre o abandono no ensino superior contemporaneamente. Não basta, portanto, que essas camadas entrem na Universidade. É preciso que concluam com sucesso os cursos escolhidos.

A Universidade pública brasileira tem mudado para responder a esse desafio? Os elementos aqui levantados permitem afirmar que há um anseio de mudança institucional em curso, que procura situar o papel de heteronomia da educação formal que se desenvolve nas Instituições públicas superiores de ensino. O abandono no ensino superior configura um fracasso que não pode ser atribuído unicamente ao indivíduo que abandona, mas sim a um conjunto de fatores sociais que dizem respeito, em grande medida, a forma como se organiza as instituições de ensino, e sob um aspecto mais amplo, a um modelo de desenvolvimento do país. Portanto, na perspectiva da educação enquanto eixo de um projeto de desenvolvimento, o abandono escolar é um fracasso do modelo em si, que acarreta no desperdício de investimentos humanos, materiais, financeiros. Todo o estudante que não conclui seus estudos subtrai o contingente de mão de obra qualificada que é o motor de um desenvolvimento continuado e sustentável de qualquer Nação que se quer desenvolvida. Portanto, o problema do abandono não deve ser visto como problema do indivíduo que fracassa, mas deve preocupar e mover as instituições na busca da reversão dessa tendência.

As tendências dessa mudança de comportamento situam o papel da Instituição de Ensino para além da sala de aula e da relação docente-discente, situando um destaque maior para o papel do técnico-administrativo como mediador desse processo. Essa tendência pode ser observada na UFRGS, tendo em vista os casos apresentados dos cursos noturnos de Odontologia e Arquivologia.

Embora haja essa tendência de mudança institucional, uma visão panorâmica da oferta de cursos noturnos na UFRGS permite vislumbrar um longo caminho institucional para que a Universidade efetivamente abra suas portas e garanta o sucesso ao longo do trajeto formativo dos estudantes-trabalhadores, permitindo com isso em todas as áreas do conhecimento e não só em uma parte delas, um quadro mais representativo do real conjunto da juventude brasileira, que em sua maioria é uma juventude trabalhadora.

Referências

- Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. (2006). Agenda nacional do trabalho decente.
- PROGRAD UFRGS. Edital do Programa de Acompanhamento Discente. Setembro de 2017.
- CEPE/UFRGS. (2011). Resolução 19/2011. Retrieved September 8, 2017, from <http://www.ufrgs.br/cepe/legislacao/resolucoes-normativas/resolucao-no-19-2011-de-17-08-2011>.
- Mesquita, M. C. das G. D. (2010). O TRABALHADOR ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR NOTURNO: POSSIBILIDADES DE ACESSO, PERMANÊNCIA COM SUCESSO E FORMAÇÃO.
- Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2016). Censo da Educação Superior 2015. Brasília.
- PNAD. IBGE. (2010). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: Síntese de Indicadores*. IBGE.
- Saviani, D. (2007). Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, 15.
- Saviani, D. (2013). Gramsci e a educação no Brasil.

Souza, J. M. de. (2014). Trajetória do estudante no curso noturno de odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: perfil do ingressante, situação acadêmica e motivos de retenção e evasão.